

AS TERRITORIALIDADES DA PRODUÇÃO DE MEL PELOS RIBEIRINHOS DO PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL

THE TERRITORIALITIES OF HONEY PRODUCTION BY RIVERSIDE PEOPLE OF THE PANTANAL OF MATO GROSSO DO SUL

LAS TERRITORIALIDADES DE LA PRODUCCIÓN DE MIEL POR LOS RIBEREROS DEL PANTANAL DE MATO GROSSO DO SUL

Geraldino Carneiro de Araújo

Administrador, Mestre em Agronegócio, Doutor em Administração e
docente na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS
geraldino.araujo@ufms.br

João Pedro Ferraz Zanetoni

Administrador, Mestre em Administração, Doutorando em Administração
pela Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
joao.zanetoni@ufms.br

Elaine Dupas

Bacharel em Direito, Mestra em Fronteiras e Direitos Humanos,
Doutora em Direito do Estado e docente na
Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
elaine.dupas@ufms.br

Milton Augusto Pasquotto Mariani

Geógrafo, Mestre em História Social, Doutor em Geografia e
docente na Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS
milton.mariani@ufms.br

Resumo

O objetivo foi refletir sobre a produção de mel no contexto das comunidades ribeirinhas a partir da fundamentação sobre território e territorialidades. Nos estruturamos na pesquisa-ação-participativa, por meio da história oral e da abordagem territorial, neste sentido, entrevistamos cinco ribeirinhos que se envolvem/envolveram com a produção de mel no Paraguai-Mirim e da Vila do Amolar, no Pantanal de Corumbá, Mato Grosso do Sul. A partir da interação com os ribeirinhos identificamos que na Vila do Amolar há um Centro de Processamento de Mel, criação de abelhas em caixas, baixa produção e vínculo com uma ONG e no Paraguai-Mirim que a produção é artesanal e rústica a partir de colméias na natureza e parceria com uma agência de turismo. As contribuições envolvem a possibilidade da produção ser certificada, com a Identificação Geográfica (IG) do Mel do Pantanal e/ou com o Selo ARTE - considerando o interesse e desejo da comunidade.

Palavras-chave: Gente Pantaneira. Produção de Mel. Abordagem Territorial. Comunidade Ribeirinha.

Abstract

The objective was to reflect on the production of honey in the context of riverside communities based on the foundation of territory and territorialities. We structured ourselves in participatory-action research, through oral history and the territorial approach, in this sense, we interviewed five riverside people who got involved/involved with the production of honey in Paraguai-Mirim and Vila do Amolar, in the Pantanal of Corumbá, Mato Grosso do Sul. From the interaction with the riverside people, we identified that in Vila do Amolar there is a Honey Processing Center, beekeeping in boxes, low production and link with an NGO and in Paraguai-Mirim that production is artisanal and rustic from hives in nature and partnership with a tourism agency. As contributions, it involves the possibility of the production being certified, with the Geographical Identification (GI) of Mel do Pantanal and/or with the ARTE Seal - considering the interest and desire of the community.

Keywords: Pantanal People. Honey Production. Territorial Approach. Riverside Community.

Resumen

El objetivo fue reflexionar sobre la producción de miel en el contexto de las comunidades ribereñas a partir de la fundamentación del territorio y las territorialidades. Nos estructuramos en investigación acción-participativa, a través de la historia oral y el enfoque territorial, en ese sentido, entrevistamos a cinco ribereños que se involucraron/involucran con la producción de miel en Paraguai-Mirim y Vila do Amolar, en el Pantanal de Corumbá, Mato Grosso do Sul. A partir de la interacción con los ribereños, identificamos que en Vila do Amolar hay un Centro de Procesamiento de Miel, apicultura en cajas, baja producción y vinculación con una ONG y en Paraguai-Mirim esa producción es artesanal y rústica a partir de colmenas en naturaleza y asociación. con una agencia de turismo. Como contribuciones, implica la posibilidad de que la producción sea certificada, con la Identificación Geográfica (IG) de Mel do Pantanal y/o con el Sello ARTE, considerando el interés y la voluntad de la comunidad.

Palabras clave: Gente del Pantanal. Producción de miel. Enfoque Territorial. Comunidad Ribereña.

CONTEXTUALIZANDO

O Pantanal é uma planície inundável, um ecossistema que abrange o Brasil, a Bolívia e o Paraguai, sendo que na parte brasileira ocorre nos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. O estudo considerou a sub-região do Paraguai, que também é o nome do rio na fronteira Brasil-Bolívia, em Corumbá, Mato Grosso do Sul. Ao longo das suas margens estão comunidades ribeirinhas que, em sua maioria, geram renda trabalhando como pescadores, barqueiros, piloteiros, balseiros e catadores de iscas - visto que o

turismo de pesca é predominante na região (BANDUCCI JÚNIOR, 2006; GIRARD; VARGAS, 2008; MACHADO; COSTA, 2017).

O Paraguai é uma das onze sub-regiões do Pantanal, com uma área de 3.015m² e correspondente a 2% de toda planície pantaneira. O rio Paraguai, que dá nome a sub-região, faz parte da Bacia da Prata, abrangendo o Brasil, a Argentina, a Bolívia, o Paraguai e o Uruguai. O rio Paraguai flui de norte para o sul, percorre uma extensão de 2.621km, dos quais 1.693km em território brasileiro (STEINK; SAITO, 2010; MIOTO; PARANHOS FILHO; ALBREZ, 2012; SILVA; SOUZA, 2012; SANTANA; SILVA; SILVA, 2017). Nessa extensão territorial, diversas comunidades ribeirinhas se apropriam do espaço, territorializando-o.

Um território é construído a partir de relações sociais, culturais, políticas e históricas que ocorrem em um recorte de espaço geográfico, diz respeito à apropriação, ao controle e ao uso do espaço, sendo que essas relações são definidas em termos políticos e político-institucionais, econômicos e socioeconômicos, culturais e simbólico-imateriais (FUINI, 2014; SAQUET, 2015).

Haesbaert (2020) traz que comunidades ou grupos de longa data transformam o espaço dando ao território um outro sentido, o da condição da própria existência. Saquet (2018) acrescenta que o território tem um caráter dialógico e participativo, valorizando a autonomia decisória, o conhecimento popular e a identidade local. Esses apontamentos remetem as territorialidades, que representam a síntese das relações sociais que dão corpo e conferem função ao território.

Schneider e Tartaruga (2004) apontam que a direção que o território dá às tônicas de desenvolvimento depende, naturalmente, da participação social imanentes à organização das comunidades. Neste sentido, os territórios são efetivamente apropriados pelas comunidades que lhe corporificam, carregados de territorializações simbólicas; que trazem marcas da vivência e cultura dos agentes.

As territorialidades englobam as relações sociais, as identidades, as diferenças, as apropriações do espaço, as delimitações e relações com o meio ambiente (SAQUET, 2015). Logo, pode-se dizer que as territorialidades são a “razão de ser” dos territórios, conferindo-lhe existência, seja material ou imaterial. Nesse sentido, ribeirinhos se apropriam das condições naturais dos espaços geográficos, e dão corpo às territorialidades de existência com esse meio natural (ZENI *et al.*, 2019). Comunidades

ribeirinhas são aquelas que constroem sua cultura estritamente ligada ao rio (ARRUDA *et al.*, 2014), porém, não são recentes trabalhos que apontam para ribeirinhos com produção que envolve tanto a pesca quanto a agricultura (MALDONADO, 1994; 2000; BEGOSSI, 2004; WAGNER; SILVA, 2021).

Considerando as comunidades ribeirinhas, o estudo foi realizado nas comunidades do Paraguai Mirim e da Vila do Amolar. Apesar dos ribeirinhos do território analisado terem uma produção voltada para atender a demanda direta de turistas - basicamente comercializando iscas - há, ainda, outras opções de produtos e serviços, mesmo que voltadas para atender as demandas do turismo, sendo a produção de mel uma dessas alternativas de trabalho e geração de renda (ARAÚJO *et al.*, 2023).

Corroborando o parágrafo anterior, parece haver um grande potencial para produção de mel no território. A prova disso é a Indicação Geográfica (IG) do Mel do Pantanal (REIS; BIJOS; MENEGAZZO, 2015; FERNANDES *et al.*, 2019; JOIA, 2021). E há também outra certificação, o Selo ARTE, uma iniciativa nacional que abrange, dentre outros segmentos, os estabelecimentos fabricantes de produtos de abelhas e derivados (KOSER; BARBIÉRI; FRANCOY, 2020; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2022a; SOUZA *et al.*, 2022). Entretanto, os ribeirinhos não detêm conhecimento sobre as certificações do IG do Mel do Pantanal ou mesmo sobre o Selo ARTE.

Nesta produção procuramos a compreensão, a partir da realidade e das abordagens teóricas acerca dos conceitos de território e territorialidades, a produção de mel pelos ribeirinhos no Pantanal de Mato Grosso do Sul. Além, das dinâmicas conceituais em que o mel se insere como elemento promotor do desenvolvimento do território em que é produzido, em uma perspectiva da geografia, na qual o território é critério basilar de análise.

Diante desse contexto - envolvendo o Pantanal, as comunidades ribeirinhas e a produção de mel, surgiram algumas questões: Como é realizada a produção de mel pelos ribeirinhos no Pantanal? Como os ribeirinhos podem se apropriar, se desejarem, da IG do Mel do Pantanal ou do Selo ARTE? E como se configura o território e as territorialidades da produção de mel pelos ribeirinhos?

Dessa maneira, neste texto nos propomos a refletir sobre o território e as territorialidades na produção de mel das comunidades ribeirinhas do Paraguai-Mirim e da

Vila do Amolar, no Pantanal de Corumbá, Mato Grosso do Sul. Este estudo está vinculado ao estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços do Câmpus do Pantanal da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEF/CPAN/UFMS) e trata-se de uma etapa do projeto de pesquisa “Mel no Pantanal e no Cerrado: a gestão, a produção, as certificações e as comunidades”.

FUNDAMENTANDO

O território é o produto da relação homem e o meio físico e o social, trata-se da construção histórica dos atores que se relacionam em um espaço geográfico. Sendo assim, o território surge do acontecer histórico da sociedade incluindo as territorialidades - como o conjunto das ações acerca da apropriação do território. Tal concepção permite uma leitura do território com foco no processo da territorialização dos atores no espaço (SAQUET, 2009; MORAIS, 2018).

Assim, envolve a relação do homem com o espaço no decorrer de sua vida, carregando e refletindo dinâmicas culturais, econômicas e políticas da sociedade no curso de sua existência no mundo. Dessa forma, o conceito de território assume um papel crucial para compreensão das relações de poder nas entranhas dos processos de apropriação do espaço (MORAES, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Souza e Pedon (2007) colocam que o território pode ser analisado a partir de diferentes dimensões, como das relações de poder, mas também como sendo o palco de ligações afetivas e de identidade entre os atores sociais com seu espaço. Isso é salientado por Saquet (2006), ao afirmar que não se deve esquecer a multidimensionalidade, sendo o território o resultado de relações de poder do Estado, sistema de empresas, organizações e de indivíduos, isto é, os atores sociais, em diversas dimensões ligadas à dinâmica política, econômica e cultural, que constituem redes.

De acordo com Saquet (2015) a abordagem multidimensional compreende que o território é fruto das diferentes relações de poder, de conflitos, de desigualdades, de redes, entre outros diferentes aspectos que abrangem relações econômicas, políticas e culturais. Além disso, o autor acrescenta uma dimensão natural/ambiental, que diz respeito às dinâmicas relacionais que envolvem o espaço físico em questão e os impactos causados no meio ambiente.

Boligian e Almeida (2003) expuseram a perspectiva político-econômica

(objetos, formas e ações dos atores sociais compreendidos historicamente) e simbólico-afetiva do território (nas experiências vividas, nas relações com o meio ambiente, nos sentimentos, símbolos, identidades e culturas). O território não é apenas material, ele é a história, a cultura, a identidade, os símbolos e o ambiente, e é nele que se constrói as relações de pertencimento (MORAIS, 2018).

Os atores sociais transformam o espaço em território no sentido de território de vida, e dessa forma elaboram territorialidades, que são sua condição de existência. As territorialidades constituem, portanto, em um conjunto de ações e práticas dos sujeitos coletivos locais no território, elas possibilitam caminhos para compreender como os atores se organizam no espaço e o transformam em território (MORAIS, 2018).

No campo da antropologia, Little (2004) define a territorialidade como sendo um acúmulo do esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar e pertencer a uma parcela específica de seu ambiente de vida, convertendo esse espaço em seu lar, seu território. Tem-se, então, que o território é uma construção social, histórica, de relações e territorialidades, que se constitui dos processos de apropriação de um espaço pelas pessoas que o dominam. Ele resulta do processo de territorialização e das territorialidades que surgem nas relações vivenciadas pelos sujeitos, pelos grupos, pelos agentes sociais no espaço-tempo (FERREIRA, 2014).

Contudo, deve-se considerar que os diferentes grupos sociais possuem expressivas particularidades que por vezes são generalizadas. Isso já era constatado em Almeida (1989), ao concluir que a diversidade territorial envolvia as "terras de preto", "terras de santo" ou "terras de índio", assim como também é destacado por Diegues *et al.* (2000) ao afirmarem que existem diferentes formas de territorialização em comunidades de açorianos, babaqueiros, caboclos, caiçaras, caipiras, campeiros, jangadeiros, pantaneiros, pescadores artesanais, praicrios, sertanejos e varjeiros. Mais recentemente, Svampa (2016) e Haesbaert (2020) também versaram sobre comunidades com formas de territorialização bastante específicas.

De maneira geral compreende-se ribeirinhos como um povo que constrói sua identidade territorializando espaços em torno da pesca, sua atividade principal. Bicalho, Hoefle e Araújo (2020) ampliam essa noção ao trazerem que ribeirinhos (especificamente os pantaneiros do Mato Grosso do Sul) exercem atividades de pesca, agricultura de alimentos básicos de pequena escala, caça e coleta. Wagner, Silva e Hilbert (2020)

constatam que ribeirinhos se apropriam dos espaços e os territorializam a partir do trabalho em torno dele. Além disso, os autores apontam para um aspecto de adaptação do pescador, considerando que a pesca sofre mudanças sazonais em acordo com os períodos da natureza.

Essa sazonalidade, por vezes, faz com que os ribeirinhos alternam entre a pesca e a agricultura. Araújo *et al.* (2023) versam sobre famílias ribeirinhas que conversam e se adaptam com o turismo no Pantanal, utilizando a produção do mel como uma forma de gerar renda extra, o que gera novas dinâmicas com o território. A mudança é vista nas relações com o território, e novas territorialidades surgem disso, gerando novos costumes e novas identidades (WAGNER; SILVA, 2021). Percebendo os fenômenos que fazem parte das rotinas com o seu espaço, os pescadores se (re)articulam com o espaço, em um movimento de constante territorialização e construção de novas territorialidades (SILVA, 2018). Tal percepção vai ao encontro do que Saquet (2014) considera uma característica do território: a não-linearidade.

Nesse sentido, essas novas territorialidades também estão ligadas às relações sociais e culturais, além das atividades diárias do homem na natureza. Nesse sentido, são o desenrolar das atividades e relações diárias efetuadas no território, ela corresponde ao cotidiano presente no trabalho e na adaptação dele (BICALHO; HOEFLE; ARAÚJO, 2020; WAGNER; SILVA, 2021). Estão ligadas ao dia-a-dia e ao lugar de vivência dos indivíduos e dos grupos sociais. Trata-se, portanto, do reflexo da organização, produção, relação com meio ambiente e construção da identidade (FERREIRA, 2014).

Tem-se, então, características marcantes sobre a compreensão do território. Ele é construído de forma histórica, relacional e não linear (I), é composto por atores sociais que encontram, organizam, produzem e se reproduzem socialmente (II) gerando territorialidades (relações) que se manifestam de forma multidimensional (III). Esses elementos remetem à abordagem territorial (SAQUET, 2014). Segundo Moraes (2018), essa abordagem permite compreender como se dá o controle do território, as estratégias utilizadas pelos atores sociais e as relações que surgem ao longo do tempo.

Alguns trabalhos destacam aspectos metodológicos da abordagem territorial. Rambo e Filipi (2012) destacaram que o desenvolvimento do território remete às relações de poder que lhe dão corpo. Mais recentemente, dois trabalhos de Saquet (2014; 2018) discutiram a abordagem territorial, no primeiro o autor destaca o aspecto relacional e

acrescenta o caráter histórico, deixando claro que o território se forma de modo não linear, por meio das relações que se constroem nos diferentes momentos históricos dos indivíduos.

Já no segundo trabalho, Saquet (2018) acrescenta as questões de conflitos e heterogeneidade que também compõem o território e devem ser considerados do ponto de vista metodológico. Dentre todas as questões mais abrangentes, a perspectiva relacional é a que mais se destaca (MOURA; MOREIRA, 2014). É preciso compreender as relações que se formam nos territórios. Fuini (2014) propõe elementos metodológicos multidimensionais (a organização, a produção, o trabalho, os impactos ambientais, o pertencimento, etc.) que consideram os atores e as relações.

ESTRUTURANDO

É importante iniciar explicando que a proposta deste texto procurou se desvencilhar de uma pesquisa tradicional, em que há uma divisão entre o conhecimento objetivo e subjetivo. Dessa forma, a partir de uma pesquisa-ação-participativa, com uma interação entre o pesquisador e o pesquisado (ator local), em um processo dialógico, de aprendizagem e confiança mútuos (FALS BORDA, 1973, 1975, 2020) que nasceu essa produção.

Para Fals Borda (1970, 1979) é necessário andarmos em direção a uma ciência própria militante e destinada ao povo - combinando reflexão e ação, libertando-se da ciência imperialista, que deforma a cultura e aumenta a dependência. A ciência deve estar a serviço dos direitos humanos fundamentais com a criação de maneiras autênticas de democracia econômica, social e política.

Assim, os interesses teóricos do pesquisador e dos atores locais ficam equilibrados - saberes e conhecimentos populares são contrastados/conectados ao conhecimento acadêmico-científico. De forma que os pesquisados apresentam demandas para uma transformação da sua prática/contexto e o pesquisador se torna um ator comprometido com/para a transformação (FALS BORDA, 1970, 1979, 1981; BRINGEL; MALDONADO, 2016).

Entende-se a história como um processo social, como narrativa, no resgate das memórias dos atores, sem desprestigiar a teoria e mediado pelo método, consideram-

se os trabalhadores, povos indígenas, comunidades camponesas e afro-americanas como produtores de conhecimento (BRINGEL; MALDONADO, 2016). Nesta pesquisa consideramos as comunidades ribeirinhas como os atores locais - sujeitos da pesquisa.

Ao longo do rio Paraguai existem várias comunidades ribeirinhas, a pesquisa considerou os ribeirinhos do Paraguai Mirim e da Vila do Amolar – comunidades próximas que compartilham do mesmo território. É muito comum na região a produção de iscas para atender a demanda dos turistas de pesca – que é o turismo mais comum em Corumbá, Mato Grosso do Sul. As famílias ribeirinhas veem na produção/comercialização de iscas a principal fonte de gerar renda, em sobreposição a isto, vimos como alternativa a produção de mel.

Apesar da iniciativa da IG Mel do Pantanal (REIS; BIJOS; MENEGAZZO, 2015; FERNANDES et. al., 2019; JOIA, 2021) e da proposta nacional do Selo ARTE (KOSER; BARBIÉRI; FRANCOY, 2020; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2022a; SOUZA et al., 2022), notamos preliminarmente que tais certificações ainda não estão difundidas entre as comunidades ribeirinhas - que foi confirmado durante a pesquisa. Dessa forma, considerando o Pantanal como território e o mel como ponto de partida (e interesse), a pesquisa se estruturou no sentido de fazer uma descrição das territorialidades em torno da produção de mel – mesmo não tendo a IG do Mel do Pantanal ou o Selo ARTE.

Na Vila do Amolar, que é uma área de turismo de pesca e de experiência, se localiza um Centro de Processamento de Mel, vinculado a uma ONG e gerenciado por um casal - Ribeirinhos 1 e 2 da pesquisa. E a comunidade do Paraguai Mirim é propícia para a pesca, há um grande fluxo de turistas, nesta comunidade foi identificado um ribeirinho que produz mel (Ribeirinho 3) e um casal de ribeirinhos que já produziram mel (Ribeirinhos 4 e 5).

Os dados se basearam principalmente em dois métodos, na abordagem territorial (FUINI, 2014; MOURA; MOREIRA, 2014; SAQUET, 2014; 2018) e na história oral (ALBERTI, 2013; MEIHY, 1996; MEIHY; HOLANDA, 2015). A abordagem territorial considera os atores que desenvolvem relações (territorialidades) de forma multidimensional e histórica no território.

Nesse sentido, a utilização da história oral como forma de conduzir a coleta dos dados primários foi extremamente relevante. A história oral é uma técnica de coleta

de dados que se caracteriza por realizar entrevistas com atores sociais que são capazes de testemunhar e relatar acontecimentos, relações, organizações, entre outros itens que permite compreender a construção do território (SILVA; SILVA, 2020).

Para desenvolver entrevistas utilizando a técnica da história oral, Alberti (2013) destacam a importância de escolher os entrevistados, que são sujeitos sociais capazes de compreender o todo a ser abordado por terem vivenciado. A Abordagem Territorial considera uma ampla gama de relação dos atores sociais com o território para que se possa compreender as identidades formuladas e reformuladas.

Nesse sentido, a história oral permite uma exploração mais profunda de todo esse contexto como bem apontado nos trabalhos de Rampazo e Ichikawa (2013), que utilizaram a história oral e identificaram aspectos importantes sobre a construção da identidade ribeirinha, e também em Derrosso e Ichikawa (2014), que apontam ainda a reconfiguração da identidade dos ribeirinhos em termos de trabalho (pesca, agricultura, etc.).

INTERAGINDO

Antes de apresentarmos os resultados em si, é importante salientar que nos apoiamos - e concordamos - com Ribeiro (2014), quando diz que as gentes pantaneiras são as pessoas de viveres simples, que moram e produzem no Pantanal e que estão envolvidas na construção, reconstrução e ressignificação da Geografia do Pantanal. A história dessas pessoas está calcada por relações sociais e profissionais no âmbito familiar e são essas pessoas que formam a cultura pantaneira.

Iniciamos esse tópico falando sobre as gentes pantaneiras para situarmos a pesquisa (e o leitor) quanto aos atores locais, foco central de toda essa produção textual e para explicitar que a interação (pesquisadores/pesquisados) envolveu aprendizagem e confiança mútuos considerando os saberes populares (FALS BORDA, 1970, 1979; BRINGEL; MALDONADO, 2016). E porque também compreendemos que os ribeirinhos da Vila do Amolar e do Paraguai Mirim são gentes pantaneiras, ou talvez, como inclusive coloca Ribeiro (2014), novas gentes pantaneiras, por se vincularem com o turismo.

Entendendo o território como uma construção, um produto da reprodução social dos atores (MORAIS, 2018), se vê que o Pantanal tem forte relação com o turismo,

o que gira a economia nas comunidades são os turistas. Assim, a atividade econômica principal no território se dá em torno do turismo de pesca e os ribeirinhos voltam suas produções para atender a esse público (atuando como pescadores, barqueiros, piloteiros, balseiros e catadores de iscas) e secundariamente oferecem outros bens e serviços (BANDUCCI JÚNIOR, 2006; GIRARD; VARGAS, 2008; MACHADO; COSTA, 2017), sendo um deles o mel - nosso foco.

Assim, consideramos o Pantanal, os ribeirinhos e a produção de mel fundamentados na teoria de territorialidades, que para Saquet e Briskievicz (2020) ocorrem por meio de ações sociais de empresários, organizações políticas e indivíduos que podem orientar tanto as relações de poder quanto os projetos de desenvolvimento que valorizem as identidades simbólico-culturais. Neste sentido, vamos descrever as territorialidades nas comunidades ribeirinhas da Vila do Amolar e do Paraguai Mirim.

A produção de mel pelos ribeirinhos do Pantanal

Na Vila do Amolar há a presença de um agente de turismo com espaço privado e infraestrutura para receber os turistas, há o Centro de Processamento de Mel (gerido por uma ONG) e há alguns poucos ribeirinhos – existem casas de alvenaria neste local. É uma região turística, com programações e atrativos, faz parte da rota do turismo de pesca. O Centro é um espaço de acordo com as normas sanitárias, com Selo de Inspeção Municipal, possui água potável, materiais, bem como equipamentos para a produção de mel.

O Centro de Processamento é gerido por um casal jovem de ribeirinhos que passou por uma capacitação para o manejo das abelhas em caixas e para a produção de mel. As caixas de abelhas foram instaladas do outro lado do rio, onde não tem casas, em meio a vegetação. No entendimento da Ribeirinha 1 a região produz poucas flores, sendo que “*A maioria das flores que dá aqui [...] as abelhas não gostam muito*”. Inclusive em determinadas épocas do ano é necessário alimentar artificialmente as abelhas com uma “*[...] mistura de açúcar e água*”.

Essa alimentação artificial, segundo a Ribeirinha 1, precisa ser planejada para que a “*[...] abelha não fique preguiçosa*” - se referindo ao fato das abelhas não irem mais até as flores, se forem são alimentadas constantemente. Foi exposto que a produção de mel é baixa, o Ribeirinho 2 acredita que seja pelo fato das “*abelhas serem preguiçosas*,

[uma vez que a região] tem poucas flores” - o que demanda a alimentação das abelhas. A comercialização do mel produzido ocorre no próprio Centro de Processamento e na ONG em Campo Grande, Mato Grosso do Sul.

Apenas o casal utiliza o Centro de Processamento, eles colocam que é um espaço coletivo, que mediante a permissão da ONG e a apresentação da Carteira de Apicultor, é autorizado o uso do Centro. Entretanto, no momento não há outros apicultores utilizando. O mel processado neste Centro, é engarrafado em potes, com tampa metálica, com adesivos de identificação, do Selo de Inspeção Municipal (SIM) e com o selo da região produtora.

O casal disse que recentemente está desenvolvendo uma capacitação com as famílias ribeirinhas que moram na comunidade do Canal do Bonfim, que é próximo à Vila do Amolar. As atividades estão no início e pela proximidade, eles veem a possibilidade dessas famílias utilizarem o Centro de Processamento, inclusive o Ribeirinho 2 coloca que a região do Canal do Bonfim *“[...] têm mais flores e pode produzir mais mel”*. O casal fala que é muito bom trabalhar com mel, pois *“A abelha é um polinizador, que é muito importante para o Pantanal e que a natureza agradece”* (Ribeirinho 2).

Apesar de todo o aparato para produção de mel - Centro de Processamento com equipamentos e materiais, manejo de abelhas e colmeias em caixas, e, possivelmente, o atendimento às boas práticas de produção - o que se viu foi um baixo volume de mel produzido na Vila do Amolar. Não havia mel para comercialização à pronta-entrega no Centro de Processamento.

Adicionalmente a Ribeirinha 1 colocou que tem alergia à picada da abelha (Abelha Europa, *Apis mellifera*), mostrou interesse e apontou uma iniciativa dela para produção de mel a partir de abelhas sem ferrão (Mandaçaia, *Melipona mandacaia*). Também expôs que cresceu na região, os pais ainda moram ali, que gosta de onde está e não quer sair do Pantanal.

Na comunidade do Paraguai Mirim há uma família que se destaca na produção de mel, a Ribeirinha 3, que participou da pesquisa, relatou que seu marido coleta, processa e comercializa mel e que toda a família se beneficia dessa atividade – o destaque se dá devido a parceria com uma agência de turismo, que inclui no roteiro turístico a visita a essa família de ribeirinhos. Entendemos que se trata de uma produção

extrativista de mel de Abelhas Europa (*Apis mellifera*).

De acordo com a Ribeirinha 3, a produção de mel se inicia encontrando as “*cachopas de abelhas*” (colmeias) na natureza e ao longo dos anos eles desenvolveram técnicas para localizar as colmeias e para processar o mel – reforçados pela cultura local. Assim, durante o manejo com as abelhas não se utiliza equipamentos de proteção, é usada fumaça para ter acesso aos favos.

Os favos coletados são transportados para casa onde é feita a extração do mel, que ocorre apertando os favos com as mãos. O envase é em garrafas de vidro reutilizadas de bebidas e a tampa é feita com um pedaço de madeira confeccionado por eles. Não há informações, tais como adesivos de identificação, nem selos de inspeção ou localização.

A Ribeirinha 3 colocou que seu marido, o que mais se envolve na produção de mel, “[...] *gosta de trabalhar sozinho*” e que não tem interesse em trabalhar utilizando o Centro de Processamento, nem mesmo de trabalhar de forma coletiva. Em termos de meio ambiente ela disse que “[...] *a região era muito boa antes do fogo, a gente perdeu muito, a produção [de mel] diminuiu*”, muitas abelhas morreram e colmeias inteiras foram perdidas neste período – houve uma grande queimada na região em 2020.

Importante dizer que a casa da Ribeirinha 3 é de palafita, à beira do rio, há vasos com flores que podem ser vistas de longe e tem um espaço onde é armazenada a produção - havia várias garrafas com mel, prontas para comercialização. Como já colocado há uma parceria com uma agência de turismo que oferece um passeio e faz visita na casa desta família ribeirinha produtora de mel.

A comercialização do mel produzido é realizada principalmente em parceria com este agente turístico, que inclui no passeio a visita dos turistas à casa da família. A Ribeirinha 3 coloca que está feliz ali, que é importante a parceria com a agência de turismo e que a comercialização do mel gera uma renda para a família se manter - inclusive estavam construindo a casa da filha no mesmo espaço.

A partir de indicações desta família - e próximo dali (ainda no Paraguai Mirim) - chegamos aos Ribeirinhos 4 e 5, um casal idoso de ribeirinhos que já produziram mel, mas no momento da pesquisa não estava produzindo mais - também se tratava de uma produção extrativista. Quando ocorria a produção, o marido, Ribeirinho 5, explicou que no manejo com as abelhas “[...] *usava roupa normal e fumaça*”, quando questionado sobre o que seria “*roupa normal*”, diz que era como aquela que estava usando - ele usava

camisa, calça, chapéu e sapato no momento da entrevista.

A casa dessa família é de madeira, não é de palafita, fica no alto é cercada pelo rio. A família chegou a pensar na produção de mel em caixas de abelhas, entretanto devido ao fato deles morarem em uma pequena ilha fluvial, não é viável devido às cheias do rio e ao acesso das abelhas às flores ficaria bem restrito. O mel, de Abelha Europa, *Apis mellifera*, que era processado pela família da mesma maneira que descrito pela Ribeirinha 3, era comercializado no centro comercial de Corumbá, Mato Grosso do Sul, e era a principal renda.

O casal sabe da existência da ONG, mas não do Centro de Processamento, colocou que gostariam de saber mais sobre o Mel do Pantanal e sobre o Centro, mas acham longe para processar o mel – eles só conseguiriam chegar ao Centro de Processamento de barco. O Ribeirinho 5 conta: *“Trabalhei muito com mel, gostava e não é difícil [...]. Tenho interesse em voltar, mas depois da queimada é difícil achar as cachopas e as abelhas estão muito bravas”*.

A Ribeirinha 4 coloca que *“O tempo ficou diferente [...], teve a queimada e muita seca, acabou com tudo [...]. Agora a gente tem que analisar como vai ficar o tempo, como vai ficar o mundo. Vai encher [o rio]? Vai melhorar? A tendência é piorar...”*. A Ribeirinha 4 fala sobre o meio ambiente, com propriedade de quem vivencia e analisa território com uma rica sabedoria. Foi a forma que ela utilizou para justificar que não está produzindo mais mel. Ainda neste sentido, a Ribeirinha 4 disse que *“Se tiver flor no campo tudo vai melhorar”*.

A apropriação da IG do Mel do Pantanal e do Selo ARTE

Com as realidades descritas, propomos, a partir do território e das territorialidades, um projeto de desenvolvimento (proposta de intervenção) procurando valorizar as identidades simbólico-culturais (SAQUET, 2006; SAQUET; BRISKIEVICZ, 2020). Isso está vinculado a Fals Borda (1970, 1979, 1981, 2020) ao colocar que o pesquisador passa a se comprometer para a transformação da realidade pesquisada. Assim, com base na pesquisa os autores foram conhecer as certificações e as possibilidades para melhorar a renda das comunidades ribeirinhas.

Para os ribeirinhos se apropriarem da IG do Mel do Pantanal é necessário, de forma sintetizada, a criação e manejo de colmeias de abelhas africanizadas,

preferencialmente feitas de madeira não tratada. Além de estar na região demarcada, estar em conformidade com os requisitos apresentado no Caderno de Normas do Regulamento de Produção da Indicação do Mel do Pantanal e ser aprovado pelo Conselho das Federações, Cooperativas, Associações, entrepostos e empresas afins à Apicultura do Pantanal do Brasil (Confenal) (REIS; BIJOS; MENEGAZZO, 2015).

Já o Selo ARTE assegura que o produto foi elaborado de maneira artesanal, com características tradicionais que valorizam ou se vinculam com a questão territorial, regional ou cultural. É necessário a criação e manejo de abelhas nativas sem ferrão (meliponicultura) ou da abelha com ferrão (*Apis mellifera*), uso de caixas-ninho e que a produção esteja de acordo com a Boas Práticas Agropecuárias e as Boas Práticas de Fabricação. Os Serviços de Inspeção Federal, Estadual ou Municipal podem conceder os selos e o Ministério da Agricultura e Pecuária é quem controla, audita e cancela. (KOSER; BARBIÉRI; FRANCOY, 2020; MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA, 2022a; SOUZA *et al.*, 2022).

Nenhuma das duas comunidades ribeirinhas pesquisadas se apropriam da IG do Mel do Pantanal, nem do Selo ARTE, e apresentam diferentes dinâmicas quanto à produção de mel. Há um movimento da Embrapa Pantanal e do Confenal para a certificação da IG do Pantanal, entretanto, não foi encontrada nenhuma ação em torno da certificação com o Selo ARTE para os estabelecimentos fabricantes de produtos de abelhas e derivados. Importante destacarmos que não é a nossa ideia impor um processo produtivo ou uma técnica, mas de mostrar que existem alternativas para melhorarem a renda a partir da comercialização de mel certificado.

Na Vila do Amolar, em que fica o Centro de Processamento de Mel, foram percebidos três pontos. O primeiro diz respeito a uma confusão quanto à apropriação da IG do Mel do Pantanal. Os Ribeirinhos 1 e 2 entendiam que um selo laranja com a identificação do local de produção seria o selo da IG. Entretanto, não é. O selo da IG do Mel do Pantanal pode ser verificado no Ministério da Agricultura e Pecuária (2022b). A confusão se dá também porque eles se apropriaram do nome Mel do Pantanal - mas, reforçando, não da IG.

O segundo ponto é que o Centro de Processamento parece reunir todos os requisitos para solicitar a IG do Mel do Pantanal (REIS; BIJOS; MENEGAZZO, 2015). Apesar disto, o Centro de Processamento de Mel na Vila do Amolar tem baixa

produtividade e envolve poucos ribeirinhos - no momento um casal jovem, com a ideia de capacitar os ribeirinhos do Canal do Bonfim. Além disso, parte da renda gerada pela comercialização do mel fica para a ONG.

O terceiro ponto está vinculado ao Selo ARTE, novamente o Centro de Processamento apresenta alguns requisitos quanto a essa certificação - em especial o SIM. Entretanto, entendemos que, de acordo com o Decreto nº 11.099, de 22 de junho de 2022 (BRASIL, 2022), o Centro de Processamento não adota técnicas e utensílios manuais e o processamento realizado não parte de uma receita tradicional (técnicas e conhecimentos dos manipuladores - saberes populares). Seria necessárias adequações para se conseguir o Selo ARTE.

No Paraguai Mirim, em que há uma produção extrativista, relatada pelos Ribeirinhos 3, 4 e 5, não se vê a possibilidade da apropriação da IG do Mel do Pantanal com o método atual de produção, pois não preenche os requisitos mínimos apontados por Reis, Bijos e Menegazzo (2015). Atrelado a isto os ribeirinhos disseram que gostam de trabalhar sozinhos, colocaram como empecilho a distância até o Centro de Processamento.

A produção rústica e manual parece ser cultural dos ribeirinhos pantaneiros, que se utilizam das cachopas/colmeias na natureza. Devido às condições de trabalho e processamento do mel, não foi possível garantir que o produto oferecido esteja de acordo com as Boas Práticas para Serviços de Alimentação (BRASIL, 2004). Mas vimos que a renda gerada pela comercialização do mel é direcionada diretamente para a família ribeirinha que o produziu.

Sobre o Selo ARTE e considerando o Decreto nº 11.099, de 22 de junho de 2022 (BRASIL, 2022) os ribeirinhos do Paraguai Miriam precisariam, principalmente - dentre outros pontos, se organizar para adotar boas práticas de fabricação para garantir a produção de alimento seguro ao consumidor e conseguir um Selo de Inspeção Municipal, Estadual ou Federal. Mas compreendemos que adotam técnicas e utensílios manuais no processo de produção e que envolvem técnicas e conhecimentos populares no processo.

Reis, Bijos e Menegazzo (2015, p. 15) sugerem que os produtores de mel se pautem “[...] pelos princípios da solidariedade, cooperação e respeito à democracia”, seguindo essa ideia se vê possibilidades de produção coletiva, inclusive utilizando o Centro de Processamento de Mel na Vila do Amolar. No entanto, alguns ribeirinhos

colocaram que gostam de trabalhar sozinhos (Ribeirinho 3) e que o Centro de Processamento fica muito distante (Ribeirinhos 4 e 5), portanto, ainda não se vislumbra essa alternativa neste contexto.

Talvez uma alternativa seria a construção de um Centro de Processamento de Mel no Paraguai Mirim - para isto seria necessário investimento externo (Prefeitura, Estado, ONG e etc. - precisaria sensibilizar esses atores). O que se percebeu é que os ribeirinhos não detêm desse investimento. Ainda assim, é preciso considerar se esta alternativa é de interesse dos ribeirinhos dessa comunidade. Utilizar-se de um Centro de Processamento poderá facilitar a apropriação da IG do Mel do Pantanal de forma a agregar valor ao produto.

A certificação Selo ARTE é o que parece mais se aproximar da realidade dos ribeirinhos da Vila do Amolar e do Paraguai Mirim, por valorizar as identidades simbólico-culturais (SAQUET; BRISKIEVICZ, 2020). Para isto, vemos como necessárias adequações no processo produtivo considerando ter um Selo de Inspeção.

Sob o ponto de vista do consumidor local ou turista, não ficou claro se haveria uma preferência pelo produto com certificação, como também não ficou explícito que a escolha seja pelo mel produzido no Centro de Processamento ou nas casas dos ribeirinhos. Mesmo a certificação, IG do Mel do Pantanal ou Selo ARTE, serem um diferencial, parece que os consumidores, por vezes, buscam um mel mais rústico (inclusive isto poderia ser tema de outra pesquisa).

Isso pode reforçar a ideia de que há mercado consumidor para as diferentes formas de produção de mel e que novos mercados poderão ser acessados com uma certificação. Além disso, é preciso dizer que uma certificação agrega valor ao produto e isto pode resultar em maior renda para os produtores - ribeirinhos ou não, considerando que existem apicultores não ribeirinhos que produzem mel.

Sobre estas propostas supra apresentadas, por mais que pareçam ser uma melhor alternativa para aumento da geração de renda, devemos considerar, acima de tudo, a decisão da comunidade - que é detentora do conhecimento de sua realidade. As propostas são tão somente sugestões para as comunidades e para atores externos (que também precisam respeitar a decisão da comunidade).

As territorialidades: relações, organizações, indivíduos, mel e Pantanal

Partimos da ideia de que o território se constrói nas relações sociais, e as territorialidades se manifestam nas dinâmicas políticas, econômicas e culturais, podendo ocorrer a partir de empresários, organizações políticas e indivíduos, além das relações de poder que se estabelecem (SAQUET, 2006; SAQUET; BRISKIEVICZ, 2020). Vimos na pesquisa a relação - ou talvez dependência - dos ribeirinhos do Paraguai Mirim com uma agência de turismo (empresários) por ser “parceiro” e incluir a visita à família da Ribeirinha 3 no seu roteiro turístico.

No território há diferentes relações de poder e de desigualdades envolvendo as relações econômicas, políticas e culturais (SAQUET, 2015) e assim, nas relações de poder estão os processos de apropriação do espaço (MORAES, 2000; SANTOS; SILVEIRA, 2001). Nesse sentido, mesmo não notando forte a presença do Estado e de organizações políticas, novamente percebemos relação - neste caso, de dependência (Ribeirinhos 1 e 2) - com a ONG na Vila do Amolar, que é a “proprietária” do Centro de Processamento de Mel.

Como colocado, o território pode ser analisado a partir das relações de poder e das ligações entre os atores sociais com o seu espaço (SOUZA; PEDON, 2007). Observamos que as comunidades ribeirinhas “conversam” agentes externos (agência de turismo e ONG), mas também pudemos ver relações de poder e conflitos entre as comunidades com apontamentos sobre a qualidade do mel produzido por uma ou por outra.

Os indivíduos, as gentes pantaneiras (RIBEIRO, 2014), são protagonistas nesta pesquisa com suas vivências, experiências e saberes na produção de mel. Assim, cada comunidade ribeirinha com a sua particularidade, com a sua história e com suas dinâmicas produzem territorialidades em torno do mel - produção, comercialização, parcerias, realidades e na observação das abelhas, que por vezes são preguiçosas (Ribeirinhos 1 e 2) por vezes são bravas (Ribeirinhos 4 e 5). Essas territorialidades se mostram na pesquisa a partir das falas dos ribeirinhos, ocorrendo ali o elo entre o ator social e o meio em que vivem, afirmando o território, cultura e identidade construída nele, relatos similares são encontrados em Ingold (2013) e Wagner e Silva (2021).

Por fim, as territorialidades também estão relacionadas com as atividades diárias do homem no meio ambiente (FERREIRA, 2014), envolvendo a degradação e preservação ambiental (SAQUET, 2015). A temática ambiental aparece nas falas dos

ribeirinhos, por alguns como um discurso muito superficial - senso comum, por outros, com algo muito bem elaborado.

Ainda sobre esse ponto - o ambiental e a fala muito bem elaborada - relembremos da bravura das abelhas e da análise simples, mas muito bem construída, da Ribeirinha 4. Com a simplicidade de uma gente pantaneira (RIBEIRO, 2014), a Ribeirinha 4, nos explicou como era a produção de mel - desde encontrar a cachopa/colmeia até a comercialização em Corumbá, Mato Grosso do Sul e que, apesar de gerar renda, o casal parou de produzir de mel.

O Pantanal teve em 2020 a pior queimada ao longo da história do bioma (CNN BRASIL, 2021). A Ribeirinha 4, conta com tristeza sobre essa queimada, muita mata foi perdida e muitos animais morreram - incluindo as abelhas. Agora, ficou mais difícil encontrar as cachopas e as abelhas estão mais bravas e é preciso analisar o tempo e as chuvas - o clima -, pois, segundo ela *“Se tiver flor [...] tudo vai melhorar”*. É necessário acrescentar na descrição de gente pantaneira a bravura!

CONTRIBUINDO

Neste texto procuramos nos apoiar na abordagem de pesquisa-ação-participativa, em que interagimos com os ribeirinhos que produzem mel no Pantanal para compreendermos o território e as territorialidades. A pesquisa foi desenvolvida nas comunidades ribeirinhas da Vila do Amolar e do Paraguai Mirim, localizadas ao longo do rio Paraguai no Pantanal de Corumbá, Mato Grosso do Sul.

O que se percebeu durante a realização da pesquisa é que os ribeirinhos se vinculam com outros atores (agência de turismo e ONG), gostam de se envolver com produção de mel e acreditam que é uma atividade viável. Alguns dos ribeirinhos compreendem profundamente as questões ambientais e, inclusive, lamentaram as queimadas que ocorreram no Pantanal em 2020.

Notamos que, embora o turismo de pesca seja a atividade econômica principal na região e que comunidades ribeirinhas se envolvem com atividades vinculadas a este turismo (venda de isca, piloto de barco, pesca e etc.), a produção de mel emerge como uma alternativa de geração de renda. A produção de mel na região parece ser bem relevante, visto que existem possibilidades de certificações.

Neste sentido, identificamos a IG do Mel do Pantanal (para apicultores que

se localizam no Pantanal, cumprem os requisitos e que são aprovados pelo Confenal) e o Selo ARTE (de abrangência nacional, envolvendo produtores de mel de maneira artesanal, com características tradicionais/culturais). No entanto, tais certificações ainda não são de conhecimento dos ribeirinhos.

Importante colocar que o Selo ARTE aparenta estar mais próximo das realidades das comunidades ribeirinhas, ainda assim são necessárias várias adequações no processo de produção. A proposta de certificar o mel dos ribeirinhos está atrelada à questão de aumento da renda - visto que produtos certificados têm preços diferenciados. No entanto, parece haver mercado para mel não certificado (rústico).

A produção de mel pelos ribeirinhos representa uma atividade econômica, que poderia/deveria ser mais fomentada - a depender dos interesses e desejos da comunidade - e se tornar, quem sabe, a principal atividade econômica dessas comunidades. Apesar dos desafios e das limitações, o mel pode se tornar uma importante fonte de renda para os ribeirinhos, desde que sejam estabelecidos mecanismos apoio na(s) certificação(ões) e suporte na produção/comercialização - adequados e adaptados, pois devem levar em consideração as práticas e saberes locais. Além disso, os relatos e as observações apontadas no corpo do texto mostram territorialidades importantes relacionadas a tal produção, afirmando as vivências dessas famílias.

A metodologia pesquisa-ação-participativa, alinhada com a história oral e a abordagem territorial, foram fundamentais para compreender o território e as territorialidades em torno da produção de mel pelos ribeirinhos - e as ideias de reflexão e ação não se esgotam aqui. Assim, sugerimos que trabalhos futuros considerem esse contexto - produção de mel pelos ribeirinhos e certificação - de modo que os pesquisadores possam, junto com a comunidade, identificarem os problemas, planejarem e implementarem as ações, refletirem sobre os resultados.

Agradecimentos

O presente trabalho foi realizado com apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC – Brasil.

REFERÊNCIAS

ALBERTI, Verena. **Manual de história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito. **Cadernos do Naea**, n.10, p.163-96. 1989.

ARAÚJO, Geraldino Carneiro de; DUPAS, Elaine; ZANETONI, João Pedro Ferraz; MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. Mel do Pantanal e Economia Social e Solidária: possibilidades a partir da análise de três realidades em Corumbá-MS. **Interações**, no prelo, 2023.

ARRUDA, Selma Beatriz Sala de; ANDRADE, Leila Nalis Paiva da Silva; SOUZA, Célia Alves de; CRUZ, Jean da Silva; LEANDRO, Gustavo Roberto dos Santos. Características socioeconômicas dos ribeirinhos no Rio Paraguai, município de Cáceres, Pantanal Mato-Grossense – Brasil. **Geografia em Questão**, v. 7, n. 2, 2014. DOI: <https://doi.org/10.48075/geog.v7i2.9495>

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro. **Catadores de iscas e o turismo da pesca no Pantanal Mato-grossense**. Campo Grande-MS: Ed. UFMS, 2006.

BEGOSSI, Alpina. Áreas, pontos de pesca, pesqueiros e território na pesca artesanal. In: BEGOSSI, Alpina (Org.). **Ecologia de pescadores da Mata Atlântica e da Amazônia**. São Paulo: HUCITEC. p. 223-255. 2004.

BICALHO, Ana Maria de Souza Mello; HOEFLE, Scott William; ARAÚJO, Ana Paula Correia de. Ribeirinhos em Resistência à Gestão Biocêntrica de Unidades de Conservação Pública e Privada no Pantanal. **Espaço Aberto**, v. 10, n. 2, p. 205-235. 2020. <https://doi.org/10.36403/espacoaberto.2020.38022>

BOLIGIAN, Levon; ALMEIDA, Rosângela Doin de. A transposição didática do conceito de território no ensino de geografia. In: GERARDI, Lucia Helena de Oliveira (Org.). **Ambientes: estudos de geografia**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia /UNESP, 2003. p. 235-248.

BRASIL, Ministério da Saúde / Agência Nacional de Vigilância Sanitária. **Resolução nº 216, de 15 de setembro de 2004**. Dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/anvisa/2004/res0216_15_09_2004.html. Acesso em: 10 maio. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.099, de 21 de junho de 2022**. Regulamenta o art. 10-A da Lei nº 1.283, de 18 de dezembro de 1950, e a Lei nº 13.860, de 18 de julho de 2019, para dispor sobre a elaboração e a comercialização de produtos alimentícios de origem animal produzidos de forma artesanal. Disponível em: <https://in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-11.099-de-21-de-junho-de-2022-409372062>. Acesso em 20 maio 2023.

BRINGEL, Breno; MALDONADO, E. Emiliano. Pensamento Crítico Latino-Americano e Pesquisa Militante em Orlando Fals Borda: práxis, subversão e libertação. **Revista Direito e Práxis**, n. 7, v. 13, p. 389-413, 2016. <https://doi.org/10.12957/dep.2016.21832>

CNN BRASIL. **Área queimada no Pantanal cai 66,8% de 2020 para 2021.** 23/11/2021. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/area-queimada-no-pantanal-cai-668-de-2020-para-2021/>. Acesso em: 21 maio 2023.

DERROSSO, Giuliano Silveira; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. A construção de uma usina hidrelétrica e a reconfiguração das identidades dos ribeirinhos: um estudo em Salto Caxias, Paraná. **Ambiente & Sociedade**, v. 17, n. 3, p. 97-114. 2014. <https://doi.org/10.1590/S1414-753X2014000300007>

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezzuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2000.

FALS BORDA, Orlando. Experiências teórico-práticas. **Cadernos CIMEAC**, v. 10, n. 3, 2020. <https://doi.org/10.18554/cimeac.v10i3.5010>

FALS BORDA, Orlando. Reflexiones sobre a aplicación del método de Estudio-Acción en Colombia. **Revista Mexicana de Sociología**, v. 35, n. 1, 1973.

FALS BORDA, Orlando. **Historia doble de la costa**. Bogotá: Valencia Editores, 1979.

FALS BORDA, Orlando. **Ciencia propia y colonialismo intelectual**. México: Editorial nuestro tempo, 1970.

FALS BORDA, Orlando. **Historia de la cuestión agraria en Colombia**. Bogotá: Publicaciones de la Rosca, 1975.

FERNANDES, Ana H. B. M.; CATELLA, Agostinho C.; SORIANO, Balbina M. A.; URBANETZ, Catia; CARDOSO, Evaldo L. C.; FERNANDES, Fernando A.; BERGIER, Ivan; COMASTRI, José A.; SALLIS, Suzana M.; TOMAS, Walfrido M. Bioma Pantanal: oportunidades e desafios de pesquisa para o desenvolvimento sustentável. In: VILELA, Evaldo Ferreira; CALLEGARO, Geraldo Magela; FERNANDES, Geraldo Wilson (Orgs.). **Biomass e agricultura: oportunidades e desafios**. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Ciência: FAPEMIG, 2019

FERREIRA, Denison da Silva. Território, territorialidade e seus múltiplos enfoques na ciência geográfica. **Revista Campo-Território**, v. 9, n. 17, p. 111-135. 2014. <https://doi.org/10.14393/RCT91719883>

FUINI, Lucas Labigalini. A territorialização do desenvolvimento: construindo uma proposta metodológica. **Interações**, v. 15, n. 1, p. 21-34, jan./jun. 2014. <https://doi.org/10.1590/S1518-70122014000100003>

GIRARD, Pierre; VARGAS, Icléia A. de. Turismo, desenvolvimento e saberes no Pantanal: diálogos e parcerias possíveis. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 18, p. 61-76, jul./dez. 2008. Editora UFPR. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v18i0.13424>

HAESBAERT, Rogério. Território(s) numa perspectiva latino-americana. **Journal of Latin American Geography**, v. 19, n. 1. 2020. <https://doi.org/10.1353/lag.2020.0007>

INGOLD, Tim. Los materiales contra la materialidade. **Papeles de Trabajo**, v. 7, n. 11, p. 19-39. 2013.

JOIA, Paulo Roberto. Efetividades e possibilidades de industrialização no município de Aquidauana-MS. **Revista Pantaneira**, v. 19, p. 79-94, 2021.

KOSER, Jaqueline Reginato; BARBIÉRI, Celso; FRANCOY, Tiago Maurício. Legislação sobre meliponicultura no Brasil: demanda social e ambiental. **Sustainability in Debate**, Brasília, v. 11, n.1, p. 179-194, 2020. <https://doi.org/0.18472/SustDeb.v11n1.2020.30319>

LITTLE, Paul Elliot. Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil: por uma antropologia da territorialidade. **Anuário antropológico/2002-2003**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.

MACHADO, Ronan Xavier; COSTA, Edgar Aparecido da. O turismo de pesca em Corumbá, na fronteira Oeste do Brasil. **Revista Iberoamericana de Turismo - RITUR**, Penedo, v. 7, n. 1, Maio/Ago. 2017, p.36-48. <https://doi.org/10.2436/20.8070.01.77>

MALDONADO, Simone Carneiro. **Mestres e mares, espaço e indivisão na pesca marítima**. São Paulo: Annablume. 1994.

MALDONADO, Simone Careniro. A caminho das pedras: percepção e utilização do espaço marinho na pesca simples. In: DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **A imagem das águas**. São Paulo: Hucitec. p. 59-68. 2000.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**. 2 ed. 4 reimp. São Paulo: Contexto, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Lista de IGs nacionais e internacionais registradas**. 2022b. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/sustentabilidade/indicacao-geografica/listaigs>. Acesso em: 10 maio 2023.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA. **Concessão do Selo Arte para produtos de abelhas e derivados terá início em outubro**. 2022a. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/mapa-regulamenta-concessao-do-selo-arte-para-produtos-de-abelhas-e-seus-derivados>. Acesso em: 20 maio 2023.

MIOTO, Camila Leonardo; PARANHOS FILHO, Antonio Conceição; ALBREZ, Edilce do Amaral. Contribuição à caracterização das sub-regiões do Pantanal. **Entre-Lugar**, Dourados, MS, ano 3, n.6, p 165 - 180, 2012. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/entre-lugar/article/view/2453>. Acesso em: 21 abr. 2022.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec. 2000.

MORAIS, Hugo Arruda. Território e territorialidades: dimensões constitutivas da relação homem e meio ambiente. **Revista Brasileira de Geografia Física**, v.11, n.01, p. 206-222. 2018. <https://doi.org/10.26848/rbgf.v10.6.p206-222>

MOURA, Joana Vaz; MOREIRA, Ivaldo Sousa. A abordagem territorial do desenvolvimento a partir da perspectiva relacional: uma proposta teórica preliminar. **Redes**, v. 19, n. 1, p. 58-73, jan.-abr./2014. <https://doi.org/10.17058/redes.v19i1.2454>

RAMBO, Anelise Graciele; FILIPPI, Eduardo Ernesto. A abordagem territorial e escalar nos estudos sobre o desenvolvimento rural: uma proposta teórico-metodológica. **Ambiência** (UNICENTRO), v. 8, p. 699-719, 2012.

RAMPAZO, Adriana Vinholi; ICHIKAWA, Elisa Yoshie. Identidades naufragadas: o impacto das organizações na (re)construção do universo simbólico dos ribeirinhos de Salto Santiago. **Cadernos EBAPE**, v. 11, n. 1, p. 104-127. 2013. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000100008>

REIS, Vanderlei Doniseti Acassio dos; BIJOS, Gustavo Nadeu; MENEGAZZO, Márcio Alexandre Diório. **Caderno de Normas do Regulamento de Produção da Indicação do Mel do Pantanal**. Corumbá: Embrapa Pantanal, 2015. (Embrapa Pantanal. Documentos, 137).

RIBEIRO, Mara Aline dos Santos. **Entre os ciclos de cheias e vazantes a gente do Pantanal produz e revela geografias**. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências - UNICAMP. Campinas, SP, p. 249, 2014.

SANTANA, Lígia Lopes Teixeira de; SILVA, Aguinaldo; SILVA, Beatriz Lima de Paula. A importância das “freteiras” para as comunidades ribeirinhas do Pantanal. **Revista GeoPantanal**, Corumbá/MS, n. especial, p. 247-264, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo/article/view/4558>. Acesso em 21 abr. 2022.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. São Paulo: Record. 2001.

SAQUET, Marcos Aurelio. A descoberta do território e outras premissas do desenvolvimento territorial. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 20, n. 3, p. 479-505, Set.-Dez./2018. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.2018v20n3p479>

SAQUET, Marcos Aurelio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.

SAQUET, Marcos Aurelio. Agricultura camponesa e práticas (agro)ecológicas. Abordagem territorial histórico-crítica, relacional e pluridimensional. **Mercator**, v. 13, n. 2, p. 125-143. 2014. <https://doi.org/10.4215/RM2014.1302.0009>

SAQUET, Marcos Aurelio; BRISKIEVICZ, Michele. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. **Caderno Prudentino de Geografia**, v. 1, n. 31, p. 3-16, 2020. Disponível em:

<https://revista.fct.unesp.br/index.php/cpg/article/view/7437>. Acesso em: 20 maio. 2023.

SAQUET, Marcos Aurelio. Campo-Território: considerações teórico-metodológicas. **Revista Campo-Território**, v. 1, n. 1, p. 60-81. 2006. <https://doi.org/10.14393/RCT1111780>

SAQUET, Marcos Aurelio. Por uma abordagem territorial. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (Org.) **Território e Territorialidades: teorias, processos e conflitos**. 1. ed. São Paulo; Expressão Popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Por uma geografia das territorialidades e das temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SCHNEIDER, Sérgio; TARTARUGA, Iván G. Peyré. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Revista Raízes**, Campina Grande, v.23, n. 1-2, p.99-116, jan/dez 2004.

SILVA, Danilo Assunção da.; SILVA, Ricardo Oliveira da. Trabalho e economia solidária na formação identitária do Assentamento Florestan Fernandes. **Diversitas Journal**, v. 5, n. 2, p. 1398-1410. 2020. <https://doi.org/10.17648/diversitas-journal-v5i2-1128>

SILVA, Lucas Antonio da. **Os materiais de pesca fluindo: uma arqueologia com os pés na água**. (Tese de doutorado) Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. 2018.

SILVA, Rosimeire Vilarinho da; SOUZA, Célia Alves de. Ocupação e degradação na margem do Rio Paraguai em Cáceres, Mato Grosso. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 8, n. 1, 2012. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v8i1.587>

SOUZA, Edevaldo A.; PEDON, Nelson R. T. Território e Identidade. **Associação dos Geógrafos Brasileiros**, v. 1, n. 6, p. 126-148. 2007.

SOUZA, Leonardo M; TECCHIO, Andréia; CHECHI, Leticia Andrea; CAZELLA, Ademir Antonio. A marca territorial Sabor Serrano e a agroindústria familiar de base agroecológica na Serra Catarinense (Brasil). **Agrociencia Uruguay**, Montevideo, v. 26, n. nspe3, e949, 2022. <https://doi.org/10.31285/agro.26.949>

STEINKE, Valdir Adilson; SAITO, Carlos Hiroo. Avaliação geoambiental do território brasileiro nas bacias hidrográficas transfronteiriças. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, v. 6, n. 1, 2010. <https://doi.org/10.54399/rbgdr.v6i1.267>

SVAMPA, Maristella. **Debates latino-americanos. Indianismo, desarrollo, dependendia y populismo**. Buenos Aires: Edhasa. 2016.

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da. “Outros pescadores”: apontamentos sobre a pesca, os pescadores e os ambientes do Sul do Brasil. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, v. 16, n. 1. 2021.

<https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2020-0024>

WAGNER, Gustavo Peretti; SILVA, Lucas Antonio da; HILBERT, Lautaro Maximilian. O Sambaqui do Recreio: geoarqueologia, ictioarqueologia e etnoarqueologia. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi - Ciências Humanas**, v. 15, n. 2, p. 1-12. 2020. <https://doi.org/10.1590/2178-2547-BGOELDI-2019-0084>

ZENI, Vera Lucia Fortes; SCHEIBE, Luiz Fernando; ZENI, Elton; VIGNATTI, Marcilei Andrea Pezenatto. As marcas do agronegócio sobre o território das águas da Bacia do Prata. **Geosul**, v. 34, n. 71, p. 640-664. 2019. <https://doi.org/10.5007/1982-5153.2019v34n71p640>